

REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO COMO ATO IDEOLÓGICO

Aline Elis Arboit

Doutora em Ciência da Informação pela UNESP desde 2014. Analista de Controle do Tribunal de Contas do Estado do Paraná desde 2006.

Resumo

Reflete sobre a representação do conhecimento como atividade interpretativa da realidade, responsável por elaborar produtos que expressam determinadas visões de mundo. Ao entrar em contato com os documentos em conjunto com seus contextos de produção e uso, o indexador/classificador deve decidir quais os melhores rótulos para representá-los. Tal escolha se trata de tomar posição diante de um olhar espaço-temporal do mundo, atribuindo valor a índices, termos e notações, transformando sinais em signos. Como são resultado da vivência em sociedade em um determinado tempo e espaço, esses signos são inevitavelmente permeados por um conjunto de ideologias exigindo do indexador/classificador uma postura ética voltada para pluralidade.

Palavras-chave: Representação do conhecimento. Ideologia. Pluralismo.

KNOWLEDGE REPRESENTATION AS AN IDEOLOGICAL ACT

Abstract

The study reflects on knowledge representation as an interpretive activity of reality, responsible for elaborating products that express certain worldviews. When in contact with documents and in consequence their contexts of production and use, the indexer/classifier must decide on the best labels to represent them. Such a choice is about taking a position considering the space-time view of the world, assigning value to indices, terms, and notations, transforming signs into signals. As they result from living in society in a given time and space, these signs are inevitably permeated by a set of ideologies requiring the indexer/classifier to take an ethical stance toward plurality.

Key-words: *Knowledge representation. Ideology. Pluralism.*

1. Introdução

Na ambiência de Organização do Conhecimento (OC), o profissional responsável por indexar e/ou classificar documentos utilizando-se da atividade de representação, se depara com a necessidade de eleger quais signos são os que mais representam determinado documento para uma dada comunidade usuária. Cabe, portanto, a esse profissional lidar constantemente e eticamente com signos constituintes de discursos expressados por diversas



vozes ideológicas, utilizando-se da sua consciência, que é também repleta de signos (ARBOIT, GUIMARÃES, 2015; GUIMARÃES, 2017).

Como base na análise diacrônica entre as diferentes concepções sobre a relação entre sujeito e objeto como fundamento para o conhecimento realizada por González de Gomez (1993, procura-se entender como tem sido compreendida a atividade representacional como algo que pressupõe o próprio conhecimento. Além da relação sujeito-objeto, explora-se a noção bakhtiniana sobre a relação entre a consciência do sujeito e os signos que nela habitam são os instrumentos responsáveis pela realização da atividade de representação do conhecimento.

Esses signos, entretanto, são apreendidos pela consciência durante a interação do sujeito com o meio coletivo, sendo, portanto, signos interindividuais. Os signos são também ideológicos, porque além se originarem em meio social, eles são capazes de representar diversas visões de mundo, com formas e valores estabelecidos coletivamente.

Adotando uma abordagem filosófica, busca-se neste estudo refletir sobre a representação do conhecimento no âmbito do domínio de OC, enquanto atividade interpretativa da realidade responsável por elaborar produtos que expressam necessariamente determinadas visões de mundo. Ou seja, o resultado do processo de representar o conhecimento expresso nos documentos são signos escolhidos pelo profissional de OC a partir de diálogo com os atores sociais participantes: o próprio profissional, os autores dos documentos e a comunidade usuária. Uma postura ética e voltada para o pluralismo ideológica é requerida do profissional que representa e organiza.

155

2. Relação sujeito e objeto

A relação entre sujeito e objeto como alicerce para o conhecimento tem sido tema de reflexão filosófica desde o período clássico. De acordo com González de Gomez (1993), a concepção de conhecimento enquanto relação do pensamento com a realidade mudou diversas vezes ao longo do tempo. Inicialmente, para os gregos, “o conhecer não passava pelo representar”. O conhecimento era essencialmente ontológico, isto é, acreditava-se que os próprios objetos se apresentavam ao sujeito como eles realmente eram. Assim, somente por meio da apresentação do objeto é que era possível ao sujeito defini-lo por meio da ação predicativa. A consciência do sujeito não tinha qualquer participação nesse processo.

No período moderno, conforme a autora, o estabelecimento das características dos objetos passa para uma perspectiva gnosiológica, ou seja, para se definir os objetos, compreendeu-se que o sujeito recorre antes a sua consciência. É nesse período que de fato a representação passa a ser pressuposto para o conhecimento. O signo, por sua vez, também passou a ser considerado o instrumento dessa representação (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1993).

Dentro da filosofia moderna, a representação para Descartes era fruto essencialmente de uma atividade racional. Já para Locke, a atividade representacional era compreendida como resultado da experiência. Além disso, defendia Locke que a linguagem e o signo, elementos construídos pela consciência, eram responsáveis por representar e comunicar as ideias sobre os objetos. O signo passou então a fazer parte como elemento intermediário da relação entre sujeito e objeto de conhecimento (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1993).

O conhecimento enquanto ação, construção e ato, segundo a autora, foi uma acepção elaborada e defendida pelo idealismo kantiano. Para o filósofo, o sujeito é responsável por organizar toda experiência com os objetos enquanto fenômeno, antes mesmo da realização de qualquer experiência em particular. Isto é, o sujeito é o elemento dominante da representação e essa é somente possível dentro dos limites de alcance da consciência humana, que é o aparato cognitivo que habilita todo e qualquer sujeito para o ato de conhecer. Com efeito, o conhecimento para Kant é composto por uma síntese de representações formuladas pela consciência humana, onde ele (conhecimento) se relaciona com o objeto enquanto representação e com o sujeito sob a forma da consciência.

Para Kant, segundo González de Gomez (1993), o aparato cognitivo do sujeito que é universal impõe condições ao sujeito particular para realizações de experiências concretas. A consciência subjetiva é, com efeito, transcultural, transindividual e transcendente e por isso garantiria a objetividade de qualquer experiência de cada indivíduo com a experiência história da humanidade como um todo. Assim, a objetividade do conhecimento não ficaria prejudicada pela relação de supremacia do sujeito em relação ao objeto defendida pelo filósofo.

No século XIX, com base nos estudos de semiótica o sujeito voltaria a perder sua hegemonia. O elemento dominante da relação entre sujeito e objeto passaria a ser o signo. Para Peirce, cita a autora, o signo é o grande responsável pela comunicação e pelo conhecimento porque tais processos ocorrem em seu interior. Também cita Saussure que, por

sua vez, concebe a língua como um sistema de comunicação independente da fala e das intenções dos sujeitos (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1993).

O deslocamento de domínio do sujeito para o signo, de acordo com González de Gomez (1993), mostra uma tentativa de retomada a objetividade sob nova figura onde se enfatiza o produto do conhecimento e o conhecimento objetivado, concebendo uma estrutura semiótica tão independente do sujeito quanto do objeto de conhecimento.

Em contrapartida, Bakhtin/Volochinov (2010) fazem uma crítica à orientação filosófico-linguísticas nomeada objetivismo abstrato motivada pela percepção de que ela não dá conta de explicar o caráter social dos processos enunciativos e comunicativos relacionados à linguagem. Conforme os autores, o objetivismo abstrato é representado principalmente por Saussure parte do princípio de uma tríplice distinção: a linguagem, a língua (como sistema de normas socialmente estabelecido) e a fala (ato de enunciação individual). A língua e a fala são elementos constitutivos da linguagem. Entretanto, para Saussure somente a língua é objeto de estudo da Linguística. A linguagem e a fala, em função da heterogeneidade e complexidade, são isoladas do estudo da língua. Assim, a língua se torna um sistema de formas normativas estáveis, imutável, fechado também fornecido de modo pronto e acabado à consciência individual. Os atos individuais de fala são considerados variações fortuitas ou deformidades das formas normativas.

Para Bakhtin/Volochinov, considerar a língua como um sistema estável e acabado de formas padronizadas separado da fala é reduzir demasiadamente o horizonte de estudos sobre a língua e a interação verbal. Em função disso, os autores sugerem a fundação de uma nova disciplina fora dos limites da Linguística (“Metalinguística” ou “Translinguística”), como um campo de estudo que se dedique a explicar a linguagem do ponto de vista sociológico, que não desconsidere relação travada entre os falantes. Nesse sentido, Faraco (2003, p 103) pontua que dentre as disciplinas linguísticas contemporâneas a Análise do Discurso é que mais se aproxima do projeto proposto pelo Círculo de Bakhtin.

Por meio dessa nova perspectiva os autores, de acordo com Faraco (2003, p. 99-100), pretendiam superar o divórcio entre o conhecer e o agir decorrente da coisificação do homem que, por sua vez, criou uma ciência que tem como objetivo a linguagem, a Linguística, que abstrai e generaliza os falantes, omitindo processos significativos básicos como a polissemia e toda a linguagem figurada. Entretanto, em nenhum momento os autores sugerem descartar a Linguística, pelo contrário, até chegam a reconhecer sua legitimidade em relação à

necessidade de abstração e normatização de formas linguísticas. O que os autores reivindicam é que a língua, a linguagem e o signo não sejam tratados somente como objetos imutáveis e imunes às transformações histórico-sociais. E o que se reivindica aqui é que os termos/descriptores/notações atribuídos a um documento não sejam vistos apenas como produtos resultantes de um processo cognitivo de padronização, mas sim produtos de um processo sociocognitivo onde as ideologias inevitavelmente fazem parte do cenário.

3. Caráter ideológico do signo

Um olhar diversificado para indivíduo sem descolá-lo do mundo onde vive em constante diálogo com os outros é pré-requisito para compreensão das concepções bakhtinianas. Nesse contexto, os signos assumem papel de destaque, pois a partir deles a consciência individual se constitui e é constituída, não possibilitando visualizar o signo interior e o signo exterior isoladamente, mas como elementos que se complementam por meio de uma relação dialógica.

O signo é gerado e está sempre vinculado ao meio social, por isso Bakhtin/Volochínov o caracterizam como ideológico, uma vez que permanentemente adquire significado que o remete para algo situado fora de si mesmo (2010, p. 31). Desse modo, não há como compreender o signo apreendido sem aproximá-lo de outros signos já conhecidos, porque a consciência individual já é repleta de signos (2010, p. 34).

É por meio do processo dialógico entre uma consciência individual e outra que os signos emergem. Em razão disso, os signos aparecem somente em “terreno interindividual” e, desse modo, para os autores a consciência individual a partir de si mesma não é capaz de explicar nada, mas o funcionamento dela é que pode ser explicado a partir do seu meio social. O signo, com efeito, assume o papel não só de exteriorizar o pensamento, mas, sobretudo, de constituir o pensamento e, conseqüentemente, a própria consciência.

Se a consciência fosse desprovida de signos, argumentam Bakhtin/Volochínov (2010), toda atividade mental não seria exprimível. Além disso, afirmam os autores que não há uma ruptura qualitativa entre a atividade psíquica interior e sua expressão. Há apenas uma passagem de um código de comunicação a outro, isto é, para que um indivíduo expresse seus pensamentos de uma forma compreensível ao outro, ele apenas os decodifica por meio da

fala, escrita ou códigos similares, mas o conjunto não foge do quadro da expressão semiótica (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p. 53).

Sendo considerada um signo, a palavra, é “o indicador mais sensível de todas as transformações sociais” porque “é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais”. A palavra é o meio mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p. 42). O discurso interior é por sua vez considerado um ponto de intersecção de diversas reações semióticas, onde a palavra torna-se fundamental, pois sem ela o psiquismo seria demasiadamente reduzido, transformando-se quase em um processo fisiológico puro.

Mais do que um processo unicamente cognitivo, o pensamento se constitui em um ato de compreensão ideológica, pois um signo interior não pode ser esclarecido por si só, mas sim mediante a sua integração com outros signos via experiência e observação exterior. O discurso interior, portanto, não pode ser visto como algo desconexo da realidade social porque o é constituído por enunciações resultantes de um diálogo do sujeito com os demais. Desse modo, segundo os autores, não há meios de delimitar as fronteiras entre o psíquico e o ideológico, mas somente elucidar o território único que os engloba, o do signo visto como essencialmente ideológico.

De acordo com a visão bakhtiniana, em cada época cada grupo social acaba produzindo em conjunto seu repertório de formas discursivas. Todo conceito e seu rótulo, portanto, é um resultado provisório de uma tensão e/ou consenso entre membros de uma comunidade. A transformação dos signos e, conseqüentemente, da linguagem e do conhecimento, é determinada tanto pela organização social dos sujeitos como pelas condições nas quais a interação acontece. O ser e sua relação com o outro, por conseguinte, é refletido no signo e nele também se refrata. Além de representar o socialmente estabelecido, os signos interferem nos processos sociais por meio da relação dialógica que ocorre entre eles e, por isso, sua forma e seu valor estão sempre sujeitos a modificações.

Além da forma, o signo, sendo considerado ideológico, também sempre adquire coletivamente índices de valor, que quando apropriados pela consciência individual se tornam também índices individuais na medida em que a consciência os absorve como seus. A fonte do índice de valor é, portanto, interindividual porque é fruto de um processo sociocognitivo.

Julga-se pertinente destacar que o sujeito aceita e utiliza os índices de valor socialmente estabelecidos não de modo passivo, mas, sim porque tais índices fazem sentido dentre o conjunto dos demais índices já conhecidos. Por mais que um indivíduo esteja inserido em um grupo, entretanto, seu ser, sua singularidade não se dilui completamente no coletivo. É por esse motivo que, para Bakhtin (2010) os valores sociais são estabelecidos conforme a adesão dos sujeitos implicados, pois considera que tudo tem “aspecto valorativo diferente, quando correlacionado comigo e com o outro” (2010, p. 142).

A partir do contrato celebrado entre os sujeitos ao mesmo tempo sociais e singulares, a forma e o valor dos signos, segundo Bakhtin/Volochínov (2010), vão se configurando e seguem indissolúvelmente ligados. Para os autores, tanto o valor dos signos como sua forma de expressão semiótica é estabelecida pelas mesmas condições econômicas constituintes do meio social. Por isso, o conteúdo e a forma passam a ser um o reflexo do outro. Assim, os signos são formados e valorados socialmente, conforme as orientações ideológicas vigentes em determinado contexto histórico e social.

A esse respeito, Ponzio (2009, p. 109) afirma na sua leitura das ideias bakhtinianas que por meio do signo a realidade é representada e organizada sempre com base em um ponto de vista valorativo proveniente de uma determinada posição, por sua vez, situada em um dado contexto espaço temporal, todos também determinados por parâmetros de valoração, a partir de uma perspectiva construída na práxis. Ou seja, o valor e a forma do signo são definidos antes de tudo no mundo da vida prática, no mundo da vida social, na medida em que os sujeitos interagem entre si.

Além da forma e do conteúdo dos signos serem indissociáveis entre si e do meio social que os constitui, também são de caráter provisório, uma vez que seguem o ritmo imposto pela convivência em comunidade e os fatos que ocorrem durante esse processo. Essas relações também são vistas como fruto do diálogo entre a forma, a significação, o valor, os fatos e as ações que compõem o signo que, por sua vez, é constituído e constitui a representação da vida em sociedade. Contudo, o signo, a linguagem, o discurso são sempre alterados pela visão de mundo dos sujeitos que compõe um grupo social, durante a vivência coletiva, conflitos e acordos com os demais grupos. A alteridade do signo, da sua forma e valor é dada, portanto, pela mutabilidade das relações sociais. Cabe ressaltar que um termo ou um rótulo para representar um determinado conteúdo, se for considerado um signo, também representa toda

dinâmica social que está por trás dele. Por esse motivo, um termo não pode ser considerado somente um produto cognitivo; é também um produto social.

O signo, apesar de precisar de recursos linguísticos para se materializar, não pode ser tratado como sinônimo de sinal. O signo se transmuta em sinais linguísticos para ser identificado pelo olhar humano. Assim, conforme Ponzio (2009, p. 99-100) a relação dialética entre signos e sinais é resultado de um processo dialético composto pelas seguintes etapas:

1. Compreensão psicofísica do sentido físico, ou seja, a detecção do signo, enquanto um sinal separado do ser, em sua relação com o corpo;
2. Reconhecimento ou identificação do signo se é conhecido ou não;
3. Compreensão de significado do signo em dado contexto;
4. Compreensão dialógico-ativa ou ativo-responsiva que pode ser de contraste ou de consenso, conforme o sentido apresentado pelo signo.

O signo é representado por meio de sinais, assim como o tema e a significação como abordam Bakhtin/Volochínov (2010), uma vez que o tema se relaciona com conjuntos de narrativa e pontos de vista, permeados por orientações ideológicas. “O tema da enunciação é concreto, tão concreto como o instante histórico ao qual ela pertence. Somente a enunciação tomada em toda sua amplitude concreta, como um fenômeno histórico, possui um tema” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p. 134). Por outro lado, a significação é entendida como elementos reiteráveis e abstratos da enunciação, idênticos a cada vez que são repetidos porque são fundados sobre uma convenção que não têm existência concreta independente. Porém, são parte inalienável, indispensável, da enunciação (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p. 134).

161

4. Relação entre o documento e o indexador/classificador

Não de modo diferente da relação sujeito-objeto, a relação dentre documento-profissional de OC se dá por meio dos signos. É responsabilidade desse profissional elaborar/selecionar os signos que melhor representam o documento, sempre tendo em vista a relação entre os atores sociais que habitam os contextos de produção e uso.

O conteúdo de um documento é definido e redefinido pela leitura espaço temporal que os sujeitos fazem deles. Ou seja, não é possível ao sujeito representar a visão do autor de modo completamente absoluto e fidedigno. Toda representação da realidade é limitada porque

é somente uma expressão elaborada conforme o alcance do olhar do sujeito que representa. O olhar é sempre desenvolvido em determinado contexto coletivo e espaço temporal e dentro desses contextos é que a consciência individual é moldada. Por isso, toda representação é produzida a partir de uma visão de mundo constantemente construída pelo sujeito com base na sua interpretação acerca dos signos que lhe foram previamente apresentados e assimilados no decorrer da sua vida em sociedade.

Mesmo a leitura técnica dos documentos está inexoravelmente ligada a leitura que o profissional que representa o conhecimento faz dos seus contextos de produção e uso, além do constante e inevitável diálogo que sua consciência trava com o mundo. Nesse sentido, tanto os sistemas de classificação e indexação como as notações e demais índices atribuídos aos documentos são considerados resultado de escolhas entre posições levantadas em determinados domínios, temas ou assuntos.

As atividades de representação do conhecimento expresso nos documentos estão, portanto, inseridas em ambientes mediadores de discursos onde o profissional se norteia por um conjunto de diálogos que trava com autores e leitores. Isso necessariamente leva quem organiza/representa a uma postura de não-neutralidade, porque o ato de representar supera as fronteiras da racionalidade abrindo espaço para um agir sensível e ético que possa reger, da forma mais harmoniosa possível, as distintas vozes sociais participantes do processo, inclusive a sua própria (ARBOIT, GUIMARÃES, 2015).

Com efeito, admite-se a impossibilidade de neutralidade nas atividades de representação do conhecimento, dado que o profissional classificador/indexador não se descola das suas concepções, suas visões de mundo e tampouco é capaz de simular o “desligamento” nem sequer momentâneo da sua consciência. Além disso, cabe ao profissional, em função da posição atribuída a ele pela sociedade para desempenhar tais atividades da melhor maneira possível (OLSON, 2002), assumir e justificar tomadas de posições que julgue necessárias para facilitar a medição entre autores e leitores.

Atos de representar o conhecimento são condicionados pela seleção e confronto de signos que constituem discursos externos - discurso do autor, discurso dos usuários, das instituições - com discursos internos, ou seja, signos que verbalizam vozes ideológicas que compõem a consciência de quem representa (GUIMARÃES, 2017). Esses discursos dialogam entre si no momento da representação, momento encontro e/ou confronto que gera respostas

aos discursos externos e internos e a eventuais concordâncias e/ou dissonâncias entre eles existentes.

Sem esse dialogismo entre signos e sem a participação da consciência interindividual, as atividades de indexação e classificação seria apenas tarefas automáticas. Frohmann (1990) questiona o caráter mentalista atribuído à atividade indexação que acaba reduzindo a atividade em uma operação estritamente cognitiva. Sob essa perspectiva, as estruturas cognitivas do indexador são vistas como as únicas responsáveis por representar o conteúdo de um documento, estabelecendo índices para representar documentos de modo praticamente automático. Para Frohmann (1990, p. 82), isso ocorre em função da crença difundida na área de Ciência da Informação de que os conceitos são gerados dentro da mente individual e de que qualquer tipo de abstração se trata de um produto cognitivo. Buscando respaldo na teoria sobre jogos de linguagem de Wittgenstein, o autor, ressalta a necessidade de se construir de modo consistente e explícito regras para indexação a partir da interpretação consciente e socialmente contextualizada do indexador em seu diálogo com o conteúdo expresso nos textos dos documentos. Para tanto, o contexto social de produção e uso da informação deve ser observado uma vez que o autor considera que tanto o produto como o uso é determinado por regras socialmente estabelecidas e, portanto, variáveis, de contexto para contexto.

Os termos, códigos e demais signos eleitos para representar o conhecimento assumem uma “representatividade dialógica e dinâmica” pois devem estar correlacionados ao conteúdo dos documentos e, ao mesmo tempo, serem capazes de dialogar com a comunidade usuária, em um dialogismo de signos sustentado na alteridade dos sujeitos como efeito da alteridade das situações sociais (ARBOIT, GUIMARÃES, 2015).

A representação do conhecimento é sempre uma atividade perpassada pela valoração de signos constituintes de discursos situados em um dado contexto. Os parâmetros de valoração dos signos são estabelecidos partir de uma perspectiva construída na práxis. Em razão disso, os atos de representar o conhecimento são desempenhados antes de tudo no mundo da vida prática, no mundo da vida social, na medida em que os sujeitos interagem entre si e na medida em que o profissional interage com os autores e a comunidade usuária.

Nesse sentido, a representação do conhecimento como interpretação da expressão dos conteúdos documentários requer uma a atitude ética e democrática do profissional, além de uma visão plural e polifônica do processo. No lugar do esforço de neutralidade, portanto,

argumenta-se a favor de um esforço que busque privilegiar todas as vozes ideológicas envolvidas no processo.

A respeito da neutralidade profissional, afirma Jensen (2006) que ela é consequência da concentração de poderes e da luta de classes. Segundo o autor, o esforço de neutralidade é, de fato, uma tomada de posição política camuflada que na prática serve apenas para reforçar a ideologia dominante, sendo a própria neutralidade uma ideologia que condiciona profissionais e cidadãos a não reconhecer a desigualdade social e, ao mesmo tempo, manter o status quo.

Trazendo a discussão sobre para o âmbito da OC, Hjørland (2008) questiona se as atividades desse campo são, poderiam e/ou deveriam ser consideradas neutras. De acordo com o autor, tradicionalmente essas questões são tratadas com passividade por ainda se acreditar que o conhecimento tratar do “espelho da natureza”. Tal crença, segundo o autor, ainda é reforçada na área pela adoção de uma abordagem ontológica do conhecimento no lugar de uma perspectiva pragmática e crítica. Para ele, a neutralidade não é possível em nenhum contexto porque a atividade representacional é feita de uma avaliação funcional em dado contexto.

Oportunamente, García Gutierrez (2007, 2011) sugere como metodologia de trabalho a utilização de dois operadores durante o processo de representação do conhecimento: o operador complexo, que age para garantir igualmente a expressão de todas as posições e cosmovisões a respeito de um tema; e o operador transcultural que, por sua vez, decide e executa democraticamente a partir de um consenso ampliável, obrigatória e periodicamente revisado, uma síntese transcultural baseada no levantamento realizado pelo operador complexo. O operador transcultural, conforme o autor, serviria como remédio para o relativismo do qual poderia ser acusado o operador complexo, ao passo que representaria o equilíbrio entre diferentes vozes ideológicas no qual o operador transcultural busca sustentação.

5. Considerações finais

A representação do conhecimento como atividade necessária e antecedente à organização do conhecimento é elucidada neste trabalho a partir de uma perspectiva ética, levando-se em conta o caráter ideológico do signo. Concebe-se que a ideologia não separa de

linguagem e tampouco da vida social em tempo e espaço determinados, assim como qualquer atividade representacional.

Defende-se, portanto, que discussão sobre a atuação profissional no âmbito do domínio de OC deva ser pautada por abordagens que contemplem os seguintes aspectos:

- Reconhecimento da não-neutralidade do conhecimento;
- Natureza ideológica dos signos e, com efeito, de qualquer índice utilizado para representar um documento, um conceito, uma ideia ou um objeto;
- Natureza interindividual da consciência dos sujeitos envolvidos no processo;
- Necessidade de práticas que vislumbrem a promoção de uma ética pluralista e polifônica por parte do profissional de OC.

REFERÊNCIAS

ARBOIT, A.; GUIMARÃES, J. A. C. The ethics of Knowledge Organization and Representation from a Bakhtinian perspective. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 5, p. 324-331, 2015.

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro e João, 2010. Manuscrito de 1920-1924 publicado postumamente.

BAKHTIN, M (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. Publicado originalmente em 1929.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo**: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar, 2003.

FROHMANN, B. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. **Journal of Documentation**, v. 46, n. 2, p. 81-101, jun. 1990.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos, 2007.

_____. **Epistemología de la documentación**. Barcelona: Stonberg, 2011.

GONZÁLEZ DE GOMEZ. M. N. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

GUIMARÃES, J. A. C. Slanted Knowledge Organization as a New Ethical Perspective. In: ANDERSEN, J.; SKOUVIG, L. (ed.) **The Organization of Knowledge (Studies in Information, Volume 12)**. Emerald Publishing Limited, 2017. p.87 - 102.

HJØRLAND, B. Deliberate Bias in Knowledge Organization? In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. (Eds.). **Culture and Identity in Knowledge Organization: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference August 5-8 2008, Montréal, Canadá**. Advances in Knowledge Organization, 11. Würzburg: Ergon-Verlag, 2008. p. 256-61.

166

JENSEN, R. The myth of the neutral professional. **Progressive librarian**, n. 24, p. 28-34, 2004/2005.

OLSON, H. A. **The power to name**. Dordrecht: Kluwer, 2002.

PONZIO, A. **A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia**. São Paulo: Contexto, 2009.